

SUMÁRIO

Agradecimentos	7
Nota da autora	11
Plano da obra	13
Lista das principais siglas e abreviaturas	23
Apresentação	25
Capítulo Preliminar – A água e o direito	27
1. As múltiplas funções da água	27
1.1 Água, uma abordagem proteiforme	27
1.1.1 A água, em números	31
1.2 Água científica	36
1.3 Água social	37
1.4 Água econômica	39
1.5 Água política e geopolítica	42
1.6 Água jurídica	50
1.7 Água ambiental	52
1.8 Água ontológica: vida humana	54
1.9 Água ética: hidroética	56
1.10 Água, um sistema	58
2. O direito à água e o direito de águas	58
2.1 Direito à água	58
2.2 Direito de águas	61
3. O desenvolvimento da hidrossustentabilidade	66
4. Ciclo hidronormativo, uma metodologia proposta	68
4.1 O ciclo da água e o diálogo das fontes normativas: interpretação sistemática e instrumentos integrados	70
4.2 O direito de águas na pós-modernidade: um novo paradigma	71
5. Um método plural de trabalho: comparação instrumental	74

Primeira Parte OS FUNDAMENTOS DO VALOR JURÍDICO-ECONÔMICO SUSTENTÁVEL DA ÁGUA

Título I

Cartografia hidrojurídica: os *statuts* jurídicos da água

Capítulo 1 – A água em face do direito internacional	81
1.1 A “Mundialização” do direito de águas	81
1.2 <i>Statut</i> hidrojurídico internacional	89

<i>Capítulo 2 – A água em face do direito regional: União Europeia e Mercosul</i>	93
2.1 Proteção integrada das águas no âmbito regional: União Europeia e Mercosul.....	96
2.1.1 O meio ambiente na União Europeia: florescer do direito ambiental europeu e da supracidadania ambiental.....	97
2.1.1.1 Abordagem evolutivo-normativa	98
2.1.1.2 Abordagem evolutivo-estrutural.....	99
2.1.2 O meio ambiente no Mercosul: um contrato e uma política ambiental	100
2.1.2.1 Evolução da proteção ambiental no Mercosul.....	101
2.1.2.2 O acordo-quadro sobre meio ambiente do Mercosul.....	102
2.2 A proteção autônoma das águas no âmbito regional: União Europeia e Mercosul	103
2.2.1 A qualidade das águas na União Europeia: um objetivo.....	103
2.2.1.1 Objetivos de qualidade e valores-limite de emissão	103
2.2.1.2 A União Europeia e sua interface internacional: tratados, convenções e cartas.....	105
2.2.2 Diretiva-quadro da água: a política europeia das águas	106
2.2.2.1 Aspecto material da diretiva-quadro da água.....	107
2.2.2.2 Perfil da estrutura e instrumentos da diretiva-quadro da água.....	107
2.2.3 A água no Mercosul: um recurso natural compartilhado.....	108
2.2.3.1 Acordos multilaterais.....	108
2.2.3.2 As bases da política mercosulina de águas: o anexo do AQMAM e o Capítulo 18 da Agenda 21	109
<i>Capítulo 3 – A água em face do direito interno: França e Brasil</i>	110
3.1 O ciclo da água e sua organização na França e no Brasil: uma abordagem hidropolítica.....	110
3.1.1 França hidropolítica.....	111
3.1.2 Brasil hidropolítico	113
3.2 Um contexto do direito de águas no Brasil e na França	114
3.2.1 Estrutura administrativa das águas na França e no Brasil	117
3.3 A natureza jurídica da água no âmbito nacional: França, patrimônio comum da nação e Brasil, uso comum do povo	121
3.3.1 França, patrimônio comum da nação	122
3.3.2 Brasil, bem de uso comum do povo.....	124
3.3.3 Síntese comparativa	126

Título II

Raridade hídrica: fonte de um paradoxo

<i>Capítulo 1 – Poluição hidroeconômica</i>	131
1.1 Poluição, fontes e fundamentos: uma confrontação conceitual de múltiplos critérios em diferentes âmbitos	132
1.1.1 Poluição hidrojurídica: interação de conceitos.....	132
1.1.1.1 Elementos do conceito.....	134
1.1.1.2 Articulação entre dano, degradação e poluição, em face do direito de águas.....	136
1.1.1.3 Conceito integrado: uso, função, interesse e domínio.....	138
1.1.1.4 Do direito de poluição à obrigação de gestão das águas	139
1.1.1.5 Poluição hidroeconômica	139
1.1.1.6 Poluição hidrojurídica: peculiaridades de um conceito jurídico integrado.....	139
1.1.2 Poluição por atividade	140
1.1.3 Poluição por substância	141
1.1.3.1 A poluição por nitrato na França.....	143
1.1.3.2 A poluição por esgotos domésticos <i>in natura</i> no Brasil	145
1.1.4 Poluição por alcance de seus efeitos: local e difusa	145
1.1.4.1 Poluição hídrica local: educação e gestão hídrica.....	146
1.1.4.2 Poluição hídrica difusa: <i>stress</i> hídrico e controle integrado	147
1.1.5 Do direito de poluição hídrica ao direito de uso das águas: uma evolução progressiva nos espaços internacional, regional – União Europeia e Mercosul – e nacional – Brasil e França.....	147
1.1.5.1 Poluição das águas no âmbito internacional. Poluição transfronteiriça: conflitos, negociações e o compromisso de cooperação, informação e ingerência.....	148
1.1.5.1.1 Poluição hídrica transfronteiriça: responsabilidade solidária e cooperativa	148
1.1.5.2 Poluição das águas: abordagem regional no âmbito da União Europeia e do Mercosul.....	155
1.1.5.2.1 O regime de poluição das águas na União Europeia, prevenção e controle integrado: análise prospectiva da Diretiva IPPC e um quadro de ação comunitária no domínio de política de águas	155
1.1.5.2.2 O Mercosul, o acordo-quadro do meio ambiente e os acordos bilaterais.....	158
1.1.5.3 Poluição das águas, uma abordagem nacional nos âmbitos do Brasil e da França: poder de polícia hídrico	158

<i>Capítulo 2 – O princípio do poluidor-pagador aplicado à água</i>	168
2.1 O princípio do poluidor-pagador aplicado à água	168
2.1.1 Formas de combate à poluição hídrica: instrumentalidade atribuída	169
2.1.1.1 Instrumentos de controle e combate à poluição das águas: a gestão do risco hídrico	169
2.1.1.2 A aplicação do princípio poluidor-pagador na sociedade de risco: antecedentes, aplicações e aspirações.....	171
2.1.1.3 Recepção e prospecção do princípio do poluidor-pagador nos sistemas francês e brasileiro	178
2.1.2 A principiologia de combate à poluição: uma interpretação sistemática e integrada do princípio do poluidor-pagador <i>lato sensu</i>	183
2.1.3 Aplicação hídrica do princípio do poluidor-pagador: princípio do usuário-pagador	184
2.1.3.1 O princípio do poluidor-pagador em face da poluição das águas	185
2.1.3.2 A integração do PPP na política de gestão das águas.....	187
2.1.3.3 A poluição hidroeconômica, o princípio do usuário pagador e o Estado hidroambiental.....	189

Segunda Parte

OS INSTRUMENTOS JURÍDICO-ECONÔMICOS DA SUSTENTABILIDADE DA ÁGUA

Título I

Planificação jurídica do ciclo hidroeconômico

<i>Capítulo 1 – O ciclo hidrológico e o ciclo econômico: uma interação jurídica</i>	195
1.1 Ciclo hidrológico e ciclo econômico: uma interação jurídica	195
1.1.1 A economização da água: valor econômico incorporado.....	196
1.1.2 A jurisdicionalização do valor econômico água: valor econômico atribuído.....	198
1.1.3 Desenvolvimento sustentável: proteção hídrica integrada e desenvolvimento econômico vinculado	202
1.1.3.1 O princípio do desenvolvimento sustentável implicado às águas: uma interação inerente	202
1.1.3.2 Política econômica e política hídrica: uma integração pertinente.....	215
1.2 Princípio do hidordesenvolvimento sustentável: a legítima gestão da água	219
1.2.1 A política das águas no âmbito internacional: a procura de um regime internacional de gestão das águas	220
1.2.2 A política das águas no âmbito regional: UE e Mercosul.....	225
1.2.3 A política das águas no âmbito nacional: França e Brasil	226

<i>Capítulo 2 – O plano hídrico: instrumentalidade político-jurídica do valor econômico da água</i>	236
2.1 Plano: aspectos conceituais.....	236
2.1.1 Plano, uma definição.....	236
2.1.2 O plano hídrico, instrumento definidor	239
2.2 Plano, aspectos normativos.....	240
2.2.1 A planificação na França: a descentralização unitária	240
2.2.2 A planificação no Brasil: a unidade descentralizada	241
2.3 Plano hídrico, aspectos materiais e instrumentais.....	243
2.3.1 Enquadramento qualitativo e quantitativo	243
2.3.1.1 A instrumentalidade estática e a materialidade dinâmica..	243
2.3.1.1.1 Enquadramento quantitativo e qualitativo.....	244
2.3.1.1.2 A instrumentalidade estática e a materialidade dinâmica	246
2.3.2 Autorização e outorga hídrica.....	247
2.3.2.1 A economicidade da outorga e autorização: planificação da raridade e escassez	248
2.3.2.2 A juridicidade da outorga e autorização: domínio público participativo	248
2.3.3 Plano hídrico e coletividade titular do direito à água	249
2.4 A natureza jurídica do plano hídrico	249
2.4.1 Natureza jurídica normativa do plano hídrico.....	250
2.4.2 Natureza jurídica executiva do plano hídrico.....	251

Título II

A cobrança e o preço da água

<i>Capítulo 1 – A cobrança pelo uso da água: instrumentalidade socioeconômica do valor econômico da água</i>	257
1.1 Relação jurídica econômica da cobrança pelo uso da água	257
1.1.1 Sujeito da cobrança pelo uso da água	258
1.1.1.1 O usuário hídrico.....	258
1.1.1.2 A base subjetiva da cobrança: a coletividade e o direito às águas	261
1.2 Objeto da cobrança hídrica	262
1.2.1 Uso hídrico autônomo: objeto da cobrança da água e a prevenção hídrica	262
1.2.1.1 O uso hídrico remunerado.....	262
1.2.1.2 O prêmio hídrico: a cobrança a <i>contrario sensu</i>	269

1.2.2	Uso hídrico integrado: base objetiva da cobrança da água e precaução hídrica.....	270
1.3	Fato hidrojurídico-econômico	271
1.4	A causa da cobrança hídrica	271
1.4.1	Funções jurídicas hidroeconômicas.....	271
1.4.2	Gestão jurídico-econômica da água	272
1.5	Natureza jurídica da cobrança	272
1.5.1	A natureza jurídica autônoma da água	274
1.5.1.1	A negação da natureza tributária	274
1.5.1.2	“Sistema original das agências de água”: sistema contratual hidroeconômico.....	275
1.5.1.2.1	Contratualidade hidroeconômica	277
1.5.1.2.2	O contrato de uso hídrico remunerado: regime jurídico a implementar e efeitos jurídicos a extrair.....	278
1.5.2	A natureza jurídica integrada da água.....	283
1.5.2.1	A cobrança e o plano hídrico	283
1.5.2.2	A cobrança e a outorga hídrica	283
1.5.2.3	A cobrança hídrica e o sistema de informação.....	284
1.5.3	A natureza jurídica sistêmica da água	284
1.5.3.1	A cobrança hídrica e o direito de águas francês e brasileiro	285
1.5.3.2	A cobrança hídrica e o direito ambiental.....	285
1.5.3.3	A cobrança hídrica e o direito econômico	285
Capítulo 2 – Preço hídrico: instrumentalidade técnico-financeira do valor da água		286
2.1	A formação do preço hídrico: perspectiva autônoma	286
2.2	Natureza jurídica do preço: preço hídrico	291
2.3	Natureza jurídica do abono e subvenções hídricas.....	292
REFERÊNCIAS.....		293

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Ciclo hidrológico	68
Figura 2 – Bacias hidrográficas da França	112
Figura 3 – Estrutura brasileira hidroadministrativa	121

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Articulação entre direito, política e geopolítica	50
Quadro 2 – Regime jurídico de poluição	138
Quadro 3 – Cartografia hidrojurídica: a busca do <i>statut</i> jurídico da água	190
Quadro 4 – Comparação entre as políticas da água francesa e brasileira	233
Quadro 5 – O diálogo normativo-contratual das águas	253
Quadro 6 – Bases de cobrança da água na França e no Brasil.....	265

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Uso doméstico de água potável	31
Tabela 2 – Pessoas sem acesso ou com acesso restrito à água potável.....	32
Tabela 3 – Pessoas mortas ou infectadas por consumo de água contaminada	32
Tabela 4 – Repartição das águas de chuvas (volume total: 400 milhões m ³)	32
Tabela 5 – Distribuição da água no planeta Terra	33
Tabela 6 – Evaporação anual de água	33
Tabela 7 – População sem serviço de abastecimento de água.....	33
Tabela 8 – População sem serviço de saneamento de água	33
Tabela 9 – Produção atual e futura de energia hidráulica no mundo	34
Tabela 10 – Desastres naturais relacionados com a água (1990-2001)	34
Tabela 11 – Distribuição de desastres naturais relacionados com a água (1990-2001)	35
Tabela 12 – Desastres hidrometeorológicos (2.200, de 1990 a 2001)	35
Tabela 13 – Distribuição das bacias transfronteiriças	35
Tabela 14 – Bacias transfronteiriças.....	36
Tabela 15 – Conflitos e cooperação	36
Tabela 16 – Cartografia hidroadministrativa brasileira	113